

País admite culpa perante a OEA

PALOMA OLIVETO

DA EQUIPE DO CORREIO

No dia 7 de outubro de 2001, o maranhense de São Luís Welsson Frazão Serra, 14, saiu para brincar com o estilingue e só foi encontrado no dia seguinte. Morto, vestia apenas um calção e estava com os órgãos sexuais extirpados. O garoto é um dos 29 meninos emasculados no estado, caso pelo qual o governo brasileiro, em uma decisão histórica, reconheceu responsabilidade perante a Organização dos Estados Americanos (OEA). Hoje, será assinado um acordo com as famílias das crianças, que receberão indenização, além de uma casa como reparação pela perda.

Cada um dos familiares terá direito a R\$ 500 mensais durante 15 anos, e será inserido nos programas de transferência de renda dos governos federal e estadual. "A indenização não será contabilizada como renda, assim, elas poderão participar dos programas", explica o advogado Carlos Eduardo Gaio, da organização não governamental (ONG) Justiça

Global. A ONG, juntamente com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Padre Marcos Passerini (CDMP), apresentou duas petições à OEA, que terminaram na abertura dos casos contra o Brasil.

No dia 21 de outubro, o governo brasileiro e as ONGs fizeram um acordo amistoso em Washington, na sede da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em que o Estado assumiu a responsabilidade nas

mortes das crianças, ocorridas entre 1991 e 2003. É a primeira vez que o Brasil faz esse reconhecimento perante a OEA. "Eu nunca corri atrás de dinheiro, isso não traz meu filho de volta. O que sempre busquei foi a Justiça", diz Ana Lúcia Frazão Serra, 41

anos, mãe de Welsson. Segundo a lavadeira, que vive com seis pessoas da família com uma renda mensal de R\$ 250, houve negligência na apuração dos fatos e mesmo na perícia. "O calção do meu filho foi retirado no Instituto Médico Legal. Quando o Welsson foi encontrado pelo meu filho do meio,

REPARAÇÃO

Cada família receberá:

- ✔ Pensão mensal de R\$ 500, por 15 anos
- ✔ Uma casa
- ✔ Inclusão nos programas de transferência de renda dos governos federal e estadual

Karlos Geromy/O Imparcial



ASSASSINO CONFESSO: FRANCISCO DAS CHAGAS (D), ÚNICO ACUSADO PELO CRIME, AINDA AGUARDA JULGAMENTO

deitado sobre um monte de palha, tinha esperma no calção. Por que tiraram? Esconderam a prova", acredita.

Prevenção

Além da indenização, o governo se comprometeu a adotar medidas que evitem a repetição da violação de direitos humanos. O Maranhão será incluído no Programa de Ações Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Pair), coordenado pela secretaria especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

(Sedh). Em seis meses, três municípios maranhenses terão unidades do Sentinela, programa de atendimento às vítimas de exploração e abuso sexual instituído pelo governo federal.

Para o ministro interino Mário Mamede, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, o acordo com as famílias serve de exemplo. "É uma decisão histórica e tem um forte componente de natureza didática no ensino dos direitos humanos. Esse crime foi bárbaro, trouxe repúdio social. Cabia ao governo a reparação financeira e moral das vítimas", diz.

Segundo a advogada Valdira Barros, do CDMP, o governo brasileiro também se comprometeu a investigar novos elementos que surgirem sobre o caso. Até hoje, as famílias das vítimas não acreditam que apenas o assassino confesso, Francisco das Chagas Rodrigues, tenha participado dos crimes. Preso, o criminoso ainda aguarda julgamento. "O Estado se comprometeu a não fechar os olhos para novos nomes que possam aparecer", diz Barros, acrescentando que inquéritos que haviam sido arquivados já foram reabertos.